

**19**

2 0 1 9

**Revista  
de História  
da Sociedade  
e da  
Cultura**

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE E DA CULTURA

IMPRESA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

# A conquista e destruição de Anafé (Casablanca) pelo Infante D. Fernando (1468) – Considerações sobre uma pouco conhecida operação anfíbia

*The conquest and the destruction of Anafé (Casablanca) by the infant D.Fernando (1468) – Considerations on a little known amphibian operation*

**FERNANDO PESSANHA<sup>1</sup>**

Arquivo Histórico Municipal de Vila Real de Santo António  
fernando.pessanha@cm-vrsa.pt

Texto recebido em / Text submitted on: 17/05/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 04/08/2018

**Resumo.** As operações anfíbias portuguesas adquiriram o seu *cursus honorum* ao longo da centúria de quatrocentos, nomeadamente, através da experiência acumulada com os ataques a várias posições no Norte de África. Este *know how*, catapultado para os mares do Oriente na centúria seguinte, foi alicerçado por empreendimentos que marcaram a expansão quatrocentista portuguesa, como a conquista de Ceuta, em 1415, ou a conquista de Arzila, em 1471. Porém, outras acções não tão mediáticas revestem-se de particular interesse, na medida em que reflectem a adopção de diferentes estratégias em função de diferentes objectivos. É nesse sentido que, passados 550 anos sobre a conquista e destruição Anafé (Casablanca) pelo infante D. Fernando, torna-se pertinente analisarmos este empreendimento militar no contexto das operações anfíbias quatrocentistas, identificando os motivos que desencadearam tal operação e enquadrando o perfil social e militar de D. Fernando no quadro da política expansionista portuguesa do séc. XV.

**Palavras-chave.** Operações anfíbias, Guerra Naval, Norte de África, Expansão Portuguesa.

**Abstract.** Portuguese amphibian operations acquired their *cursus honorum* during the fourteen hundreds namely through the experience accumulated from the attacks on various positions in North Africa. This know how, transferred to the Orient seas in the following century, was strengthened by ventures that marked the fifteenth century Portuguese Expansion, such as the conquest of Ceuta, in 1415, or the conquest of Arzila, in 1471. However, other not so famous actions are of particular interest, in that they reflect the adoption of different strategies in order to achieve different objectives. This is why 550 years since the conquest and destruction of Anafé (Casablanca) by the infante D. Fernando, it is pertinent to analyse this military enterprise in the context of the fifteenth century amphibian operations, identifying the reasons that led to such operation and bearing in mind the social and military profile of D. Fernando, according to the portuguese expansionist political aims in the 15th century.

**Keywords.** Amphibian Operations, Naval War, North Africa, Portuguese Expansion.

<sup>1</sup> Doutorando na Universidade de Huelva.

## Introdução

É do conhecimento comum que a publicação de estudos sobre a guerra portuguesa no Norte de África é consideravelmente inferior ao volume de publicações dedicadas a outros espaços do Império Português, como o Oriente. É certo que, nos últimos anos, têm surgido contributos de grande interesse, que passaram pela publicação de fontes relativas ao Norte de África<sup>2</sup> e, principalmente, de investigações acerca do papel da nobreza na gesta marroquina<sup>3</sup>, para além da publicação de estudos não só no âmbito da História da Arte<sup>4</sup>, da Arquitectura Militar<sup>5</sup> e da Arqueologia<sup>6</sup>, como também no domínio da organização militar<sup>7</sup> ou da reavistação historiográfica das campanhas norte-africanas<sup>8</sup>.

Ainda assim, verifica-se uma enorme escassez de estudos relativos à guerra naval no golfo luso-hispano-marroquino, também conhecido por Mar das Éguas (Riley 1998: 139-142). De facto, à excepção de *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XVII)*, têm sido raras as análises ou considerações estratégicas quanto à importância da guerra naval no espaço norte-africano, constatação que se torna alarmante se atendermos à precoce expressão que a guerra de corso teve em Portugal - já que D. Dinis, ao contratar o almirante genovês Manuel Pessanha (Maia & Soares coord. 2017), lançou as bases para que se criasse o primeiro dispositivo oficial de guerra naval – ou a intensa actividade corsária desenvolvida

<sup>2</sup> De salientar que a História da Expansão beneficiou do labor de vários investigadores sob a égide de um projecto financiado pela FCT, “Portugal e o Sul de Marrocos. Contactos e Confrontos, séculos XV a XVIII”, com coordenação científica de Maria Augusta Lima Cruz, destacando-se algumas iniciativas de grande interesse, como a transcrição paleográfica de fontes inéditas, a criação de uma base de dados de referência documental ou a digitalização de fontes impressas, como *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*.

<sup>3</sup> Sobre o papel da nobreza na gesta marroquina vejam-se, a título de exemplo, Oliveira & Rodrigues 1989: 77-114; Oliveira 1999; Ribeiro 2000:143-159; Teixeira 2000: 159-207; Teixeira 2004: 109-174; Rodrigues 2004: 177-80; Lacerda 2010: 117-140; Dávila 2011: 69-74; Pessanha 2018: no prelo.

<sup>4</sup> Moreira 1989; Dias 1996: 10-22; Dias 2000; Dias 2004: 126-134; Dias 2008.

<sup>5</sup> Têm sido vários os trabalhos desenvolvidos e orientados por Jorge Correia no âmbito da arquitectura militar portuguesa no Norte de África. Na impossibilidade de aqui enumerar todos, refira-se a sua tese de doutoramento, Correia 2008. Vejam-se também, a título de exemplo, Lopes 2009; Cruz 2015.

<sup>6</sup> Vejam-se, a título de exemplo, Karra 2010: 85-95; Paredes, Ruiz & Padilla 2011: 131-163; Chemsí 2011: 165-175; Karra & Teixeira 2011: 177-197; Benlabbah & El Boudjay (coord.) 2012; Chaves 2015. *Cerâmicas Medievais e Modernas de Azamor (Marrocos) – Análise textural, mineralógica e química*, Dissertação de Mestrado em Ciências da Conservação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa. Destaque-se ainda o projecto *Espaços e vivências urbanas do período português no Norte de África: arqueologia em torno do Estreito de Gibraltar (séculos XV a XVII)*, que tem André Teixeira como investigador principal.

<sup>7</sup> Rodrigues 2001: 157-168; Rodrigues 2004: 185-195; Costa & Rodrigues 2007; 185-195; Sousa 2008.

<sup>8</sup> Vejam-se, a título de exemplo, algumas dissertações apresentadas às universidades portuguesas, nomeadamente, Hugo Moreira (2009). *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto; Dias 2015. Ver também outro tipo de artigos, como Monteiro 2017: 63-78.

por D. Pedro de Meneses após a conquista de Ceuta (Cruz 2003: 57-99; Campos 2004), uma vez que a actividade bélica desenvolvida a partir de 1415 acabou por ter mais impacto no mar do que em terra.

A escassez de estudos sobre a guerra naval na política expansionista portuguesa torna-se ainda mais estranha se tivermos em consideração que a maioria das grandes acções militares que tiveram lugar no teatro de operações magrebino foram lançadas a partir do mar. Com efeito, o processo expansionista não pode ser compreendido circunscrevendo o objecto de estudo às entradas e almogavarias lançadas no interior marroquino a partir das praças de guerra localizadas na costa atlântica<sup>9</sup>. Antes de mais, devemos ter em consideração que o próprio processo de conquista implicou a existência de uma força naval incumbida de transportar tropas, equipamentos bélicos e mercadorias indispensáveis à realização de acções militares cujos desembarques, em circunstâncias tendencialmente hostis, constituíam autênticas operações anfíbias.

Com efeito, a definição de “operação anfíbia” deixa de fazer sentido sem a indispensável contextualização histórica. É nesse sentido que este tipo de operação militar, para a referida centúria quatrocentista, reveste-se de particularidades que se prendem com a realidade cultural, estratégica e tecnológica inerentes à época em questão. Tendo como finalidade o desembarque de tropas, equipamentos bélicos e mercadorias num teatro de operações tendencialmente hostil, o objectivo final da operação anfíbia prende-se com a ocupação cirúrgica de uma zona costeira à qual se segue uma acção ofensiva contra um alvo específico. De facto, a complexidade de uma operação anfíbia e a delicada posição de vulnerabilidade a que as forças são submetidas implicam, desde logo, um planeamento meticuloso executado por forças treinadas, organizadas e equipadas com distintas funções de combate. Assim sendo, trata-se de uma operação que exige, desde logo, um excepcional grau de unidade, esforço e coerência operacional, já que todo o processo de desembarque poderá ter lugar debaixo de fogo de artilharia e com a agravante de a área de desembarque poder estar sob ocupação de forças adversárias de infantaria e de cavalaria.

De facto, foi ao longo do séc. XV que Portugal alicerçou a sua experiência anfíbia contra posições no Norte de África. Este conhecimento empírico, catapultado para os mares do Oriente na centúria seguinte<sup>10</sup>, foi

<sup>9</sup> Sobre as estratégias e táticas de guerra usadas pelos portugueses no Norte de África vejam-se Fontoura 1998: 25-34; Duarte 2003: 409-413; Amaral 2007: 187-202; Teixeira 2010: 97-116; Rodrigues 2011: 75-82; Fernando Pessanha (2012), *As guarnições militares nas praças portuguesas da região da Duquela, no Algarve Dalém-mar*, Dissertação de Mestrado em História do Algarve apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.

<sup>10</sup> Segundo Vítor Gaspar Rodrigues, “os portugueses deram início à prática de operações anfíbias no Oriente, tática de combate naval em que eram exímios, dada a longa experiência que haviam adquirido em Marrocos, onde eram constantes os assaltos e desembarques nos principais centros costeiros em poder dos muçulmanos”.

consubstanciado através de intervenções que marcaram a História da Expansão de forma indelével, como a conquista de Ceuta, em 1415, ou a conquista de Arzila, em 1471. No entanto, a experiência de guerra anfíbia desenvolvida no teatro de operações norte-africano não se pode restringir aos grandes feitos de armas imortalizados pelos cronistas régios. É nesse contexto que a análise de empreendimentos menos conhecidos se reveste de particular interesse, na medida em que reflecte a adopção de diferentes considerações estratégicas em função de diferentes objectivos. Numa altura em que passam 550 anos sobre a conquista e destruição de Anafé (Casablanca), considerámos que seria pertinente abordar esta operação anfíbia, analisando de que modo as táticas, os meios e os efectivos foram estrategicamente utilizados em função das características de que este alvo se revestiu.



**Fig.1.** O topónimo Anafé na carta náutica de Zuane Pizzigano, de 1424. Disponível em: <https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/44/Pizzigano.jpg> (consultado em 9 de Maio de 2018).

Referências que, desde logo, atestam a importância de Anafé no contexto das cidades norte-africanas do séc. XV.

Ver Rodrigues 2004: 199.

<sup>11</sup> Sobre a cartografia dos séculos XIV, XV e XVI veja-se Alegria, Garcia, Relaño 1998: 12-61; Guerreiro, 1999: 239-265.

## 1. Anafé (Casablanca)

A Anafé das fontes portuguesas corresponde à actual Casablanca. O topónimo assumiu diferentes formas ao longo dos tempos, aparecendo referido pelos cartógrafos dos séculos XIV, XV e XVI com outras designações, como Anafee, Anfa, Anafil, Danifee, Niffe, Anafa ou Nafé. Refira-se, aliás, que são várias as obras cartográficas quatrocentistas, correspondentes à balizagem cronológica estabelecida para o presente trabalho, que referem o topónimo de Anafé e de onde destacamos a carta náutica de Zuane Pizzigano, de 1424; a carta náutica anónima de “Circa”, de 1471; o portulano Albino Canepa, de 1489; ou a carta náutica de Jorge Aguiar, de 1492<sup>11</sup>.



Fig.2. O topónimo Anafé na carta náutica anónima de “Circa”, de 1471. Disponível em: <http://nla.gov.au/nla.obj-233244836/view> (consultado em 9 de Maio de 2018).

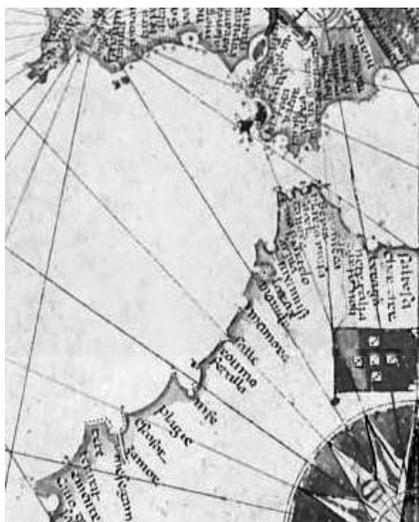


Fig.3. O topónimo Anafé no portulano Albino Canepa, de 1489. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7b/Portolan\\_chart\\_by\\_Albino\\_de\\_Canepa\\_1489.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7b/Portolan_chart_by_Albino_de_Canepa_1489.jpg) (consultado em 9 de Maio de 2018).



Fig.4. O topónimo Anafé na carta náutica de Jorge Aguiar, de 1492. Disponível em: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/21/Jorge\\_Aguiar\\_1492\\_MR.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/2/21/Jorge_Aguiar_1492_MR.jpg) (consultado em 9 de Maio de 2018).

O topónimo de Anafé deriva do Árabe *Anf*, que significa nariz, bico ou promontório, ou do amazigh *Anfa*, que significa colina, outeiro ou cume. De resto, *Anfa* é ainda hoje um importante bairro de Casablanca. A designação de Anafé foi utilizada até ao século XVIII, altura em que os portugueses lhe passaram a chamar *Casa Branca*, nome que seria adaptado para Casablanca por comerciantes espanhóis, que nela se fixaram no período da reconstrução da cidade, durante o reinado do Sultão Sidi Mohammed ben Abdellah, na segunda metade da centúria setecentista. O nome árabe é *Dar Al-Beida*, que significa literalmente *Casa Branca* (AAVV 1964: 56).

A prosperidade de Anafé, denunciada pela existência de palácios, construções nobres e por uma população culta e sofisticada, parece prender-se com uma exportação de base agrícola cuja riqueza assentava na fertilidade dos seus solos (Pereira, E.S.O., XVI: 27) e que permitia a venda de frutas e legumes para o reino de Fez, o comércio marítimo mantido com mercadores portugueses e ingleses (Africano, D.G.Á., III: 211-212) e a exportação de trigo para Granada (Zurara, C.C.P.M., XXI: 312; Mascarenhas, H.C.C., 28: 114). Aliás, a cidade era conhecida pelo trigo de qualidade que a sua comarca produzia, sendo em Portugal conhecido o designado trigo anafil, proveniente de Anafé (Leão, C.V.R.P. XXXVIII: 281). Por sua vez, a cidade recebia seda fina, roupa e moedas de ouro e prata provenientes do reino de Granada (Zurara, C.C.P.M., XXXIII: 315). Duarte Pacheco Pereira, que regista a “bondade danifée & prosperidade sua” (Pereira, E.S.O., XVI: 28) refere a grande participação da população da cidade na Batalha do Salado, em 1340, onde D. Afonso IV de Portugal e D. Afonso XI de Castela destroçaram as forças de Abul Hassan, rei de Fez, e Yusef I, rei de Granada. Desta referência depreendemos, portanto, que muita gente de Anafé terá integrado o exército merínida enviado para reconquistar a Península Ibérica aos cristãos. Finalmente, diz-nos Damião de Góis que a cidade era “entre os Mouros muy nomeada (...) da qual fermosura, e grandeza daõ testemunho alguns edificios, que ainda hoje em dia se ahi vem” (Góis, C.P.D.J., XVII: 82).

## 2. Motivações para uma intervenção militar

### 2.1. Um ninho de corsários e piratas

Segundo Miguel Luís Duarte, “só com muito boa vontade podemos descortinar neste episódio (conquista e destruição de Anafé) qualquer desígnio estratégico” (Duarte 2003: 429). Porém, uma análise mais apro-

fundada permitir-nos-á compreender que esta poderá ser uma afirmação algo precipitada.

Como adiante veremos, as operações militares lançadas contra alvos no Norte de África, como Anafé, estavam sujeitas a diferentes estratégias, que variavam em função de diferentes objetivos. Com efeito, seria metodologicamente incoerente abordar o ataque anfíbio lançado contra esta cidade circunscrevendo-o no tempo e no espaço. De facto, qualquer consideração sobre uma acção militar não pode ser compreendida sem a devida contextualização geo-estratégica, atendendo às implicações políticas, económicas e sociais que lhe são inerentes. É nesse sentido que se torna fundamental avaliar qual a conjuntura que então se vivia, contextualizando este empreendimento no quadro de operações que tiveram lugar no decurso da centúria quatrocentista e identificando as motivações que os desencadearam. É no seguimento desta linha de pensamento que se torna pertinente a analogia entre o caso de Alcácer Ceguer e o caso de Anafé, quer pela proximidade cronológica que os une, quer pelos motivos que terão desencadeado tais ofensivas.

Parece ser unanimemente aceite que a operação anfíbia resultante do empreendimento militar contra Alcácer Ceguer, em 1458, atendeu a um objectivo por demais evidente: a segurança da navegação no Estreito através da conquista e ocupação de um porto de piratas que atacava as costas do Algarve e da Andaluzia. É Damião de Góis que, ao referir-se a Alcácer Ceguer, revela tratar-se de uma vila de

“homens de guerra, principalmente no negócio do mar, no qual erao muy exercitados, e acostumados a fazer mal, e dano aos Christãos da Hespanha, e a outros que navegavam para aquelle Estreyto” (Góis, C.P.D.J., XI: 43).

Porém, Alcácer Ceguer não era o único ninho de corsários e piratas da costa norte-africana. Segundo Leão-o-Africano, a razão para Anafé cair em desgraça prende-se com dois motivos: por pretender viver em liberdade sem dispor de meios para tal, e porque no porto da cidade eram armadas fustas, com as quais os seus habitantes atacavam a península de Cádiz e toda a costa portuguesa (Africano, D.G.Á., III: 212). Por outras palavras, um ninho de piratas que o próprio rei de Portugal mandou destruir. Com efeito, nem Rui de Pina nem Damião de Góis referem qual o motivo que levou o infante D. Fernando, governador da Ordem de Santiago, da Ordem de Cristo e herdeiro do infante D. Henrique, a atacar Anafé. Porém, não temos motivos para du-

vidar do escritor e viajante mourisco. Aliás, também Duarte Nunes de Leão, seguramente apoiado em Leão-o-Africano, refere o seguinte:

“Dizem os Escritores dos Arabes que a tenção del Rey mandar sobre esta cidade, foi por as entradas, que della fazião os Mouros na costa de Castella, e Portugal, com galeões, e fustas, que tinhaõ bem armadas, de que os Christaõs recebiaõ muito dano” (Leão, C.V.R.P.D., XXXVIII: 280-281).

Vemos deste modo que, tal como Alcácer Ceguer, também Anafé funcionava como uma importante base de corso e pirataria de onde partiam galés e fustas armadas para assaltar as costas portuguesas. De resto, esta acção pirática não só causava danos seguramente significativos, como ainda tornava insegura a navegação no Estreito de Gibraltar e no designado Mar das Éguas. Dadas as circunstâncias, motivos mais que suficientes para legitimar uma ofensiva militar contra esta cidade norte-africana<sup>12</sup>.

## 2.2. O belicoso infante D. Fernando

Como anteriormente referimos, o ataque a Anafé foi comandado pelo infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V e filho adoptivo do infante D. Henrique<sup>13</sup>. Diz-nos Rui de Pina que D. Fernando era homem de “mui nobre coração, de que nunca sahia um “louvado desejo d’acrecentar sua honra e estado, especialmente na guerra dos mouros, que lhe já vinha por legitima sobcessão” (Pina, C.D.A.V, CLX: 53). De facto, as crónicas quatrocentistas e quinhentistas apresentam-no como um indivíduo cujo perfil corresponde ao protótipo medieval de cavaleiro cruzadístico, ansioso por façanhas militares na guerra contra os mouros. A análise que João Paulo Oliveira e Costa faz da posição do infante face à guerra no Norte de África conclui, porém, que a postura de D. Fernando era bem mais complexa, ou seja, uma posição doutrinária, que passava por um modelo de guerra que permitisse conquistar novas praças para Portugal, ainda que sem a intervenção sistemática do

<sup>12</sup> Sobre a legitimidade das acções militares no contexto do imaginário, dos valores e dos ideais da guerra na Idade Moderna veja-se Bebiano 2004: 52-62.

<sup>13</sup> Nascido em Almeirim, em 17 de Novembro de 1433, o infante D. Fernando foi perfilhado por seu tio, o infante D. Henrique, em 7 de Março de 1436, tornando-se seu herdeiro. Ao longo da sua vida, acumulou ou títulos de duque de Viseu e de Beja, condestável do reino, senhor da Covilhã, Moura, Serpa e Lagos, senhor dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde e governador da Ordem de Santiago e da Ordem de Cristo. Sobre o infante D. Fernando veja-se Costa 2011: 42-60; Sousa, H.G.C.R.P., Tomo II, Livro III, Capítulo VIII: 499-508.

monarca português em Marrocos, salvo se se reunissem as condições para a realização de um ataque imparável (Costa 2011: 53-57).

Seja como for, as participações de D. Fernando nas campanhas norte-africanas começaram desde muito cedo. Finalizava o ano de 1452 quando o infante, então com 18 anos, “desejando acrescentar seu nome e honra na guerra d’África” (id. CXXXIV: 129). mandou aparelhar uma caravela na foz do Guadiana<sup>14</sup> e rumou a Ceuta, onde aspirava envolver-se em grandes feitos, mesmo sem a aprovação do irmão. D. Afonso V, preocupado com a sua impulsividade, veio ao seu encalço até Castro Marim e Tavira, mas era demasiado tarde. O infante acabou por ser interceptado no Estreito de Gibraltar pelo conde de Odemira, capitão de Ceuta. Após visitar a praça norte-africana, D. Fernando foi conduzido a Castro Marim, onde o esperava o infante D. Henrique. D. Fernando acabaria, finalmente, por regressar ao Norte de África para acompanhar D. Afonso V na conquista de Alcácer Ceguer, onde se distinguiu. Diz-nos Rui de Pina que, achando-se o infante com “grande doença de febre” antes da partida da armada, chegou a dar instruções para que mesmo assim o levassem e “assi doente em um leito o metessem no mar” (Pina, C.D.A.V, CXXXVIII: 144-145) pormenor que bem reflecte a obstinação de D. Fernando em passar a África, fosse em que circunstâncias fosse.

Com a morte do infante D. Henrique, em 1460, D. Fernando herdou o governo da Ordem de Cristo, passando a ficar responsável pelas conquistas e pelas viagens de exploração da costa africana. Porém, os seus sonhos passavam pela realização de feitos de armas na guerra contra os mouros. Em 1463 e 1464, D. Fernando tentou vários escalamentos a Tânger. Falhada a primeira tentativa, notou-se o pesar do monarca<sup>15</sup>, que contrastava com a impetuosa impaciência do infante, que logo se apressou a fazer uma entrada na serra de Banaminir com os senhores da sua hoste (Pina, C.D.A.V, CL: 27-28). O monarca ainda autorizou o irmão a preparar novo escalamento de Tânger, com a condição de o manter informado do plano do novo empreendimento militar. O infante, porém, ordenou o ataque sem o consentimento do rei, resultando a iniciativa noutra fracasso. Sobre este episódio diz-nos Rui de Pina que “o infante não pôde escapar a uma grave e áspera repreensão que El-Rey seu irmão lhe fez pela perigosa ousadia que sem sua licença e contra seu mandato cometera”<sup>16</sup>.

<sup>14</sup> Sobre as ligações da foz do Guadiana às praças norte-africanas veja-se Pessanha 2014: 44-107; Pessanha 2017: 113-179; Pessanha 2018: 63-94.

<sup>15</sup> São várias as fontes a referir o pesar do monarca. Vejam-se Pina, C.D.A.V, CXLIX: 26-27; Meneses, H.T. D.D.P., I: 42; Sousa, A.P., VI: 57-58.

<sup>16</sup> Também este episódio é referido por várias fontes. Vejam-se Pina, C.D.A.V, III, CLII: 36; Meneses, H.T. D.D.P., I: 42-43; Sousa, A.P., VI:58.

Não se dando por vencido, D. Fernando planeou novo escalamento de Tânger. Em 18 de Janeiro de 1464, partiu com a sua hoste e quatro escadas de assalto, no entanto, o ataque, mal coordenado, não podia ter corrido pior para os que nele participaram. Os primeiros dois “escaladores e guiadores” subiram à barbaca seguidos por cerca de sessenta soldados que, por disputas pessoais, não mantiveram o plano, condenando-o ao fracasso. Sem comando forte e carismático, o assalto acabou por resultar numa refrega com uma das sentinelas que, ao cair da muralha, alertou as vigias da cidade. Foi assim que estes portugueses foram rapidamente cercados e chacinados. O infante, ao aperceber-se da situação em que os seus homens se encontravam, “arremetteu a uma escada de troços que mandara armar, e quizera por ella subir dizendo que o que fosse de tao bons criados e servidores como já dentro eram, seria d’elle até com eles morrer”<sup>17</sup>.

Mas o conde de Odemira e o comendador-mor da Ordem de Cristo demoveram-no do gesto suicida, assim evitando que “Tangere fosse tantas vezes sepultura de Yfantes de Portugal”<sup>18</sup>. A impulsividade e a obstinação manifestadas por D. Fernando nestas campanhas norte-africanas denunciam, desde logo, que o infante vivia com a ânsia de ser o protagonista de alguma façanha militar na guerra contra os mouros. Objectivo que, como vimos, fez com que várias vezes agisse por iniciativa própria e à revelia do próprio rei. Os fracassos verificados nos ataques a Tânger sob seu comando terão, certamente, sido motivo de grande frustração para o já inquieto espírito de D. Fernando. Dadas as circunstâncias, não será de estranhar que, ao ser concebida uma ofensiva contra um ninho de corsários que atacava as costas do Algarve, o infante apareça como comandante desse empreendimento militar. Apresentava-se assim a grande oportunidade para o “exilente Príncipe” conseguir a tão almejada “vitoria e honra” (Pereira, E.S.O., XVI: 27).

### 3. A acção de espionagem

À excepção de Rui de Pina, que situa a expedição contra Anafé em 1469 (Pina, C.D.A.V, CLX: 53), os cronistas remetem esta operação militar para 1468<sup>19</sup>. Porém, e independentemente do ano em que se deu a ofensiva portuguesa, importa salientar que Anafé não foi um alvo escolhido aleatoriamente, nem semelhante

<sup>17</sup> O escalamento de Tânger de 1464 é descrito pelas fontes com maior pormenor. Veja-se Pina, C.D.A.V, CLIII: 41; Meneses, H.T.D.D.P, I: 43-44; Sousa, A.P.,VI: 58-62.

<sup>18</sup> Foram contabilizados, entre mortos e cativos, mais de trezentos portugueses e uma elevada factura no campo da alta nobreza. Ver Gomes 2009: 242.

<sup>19</sup> Veja-se, a título de exemplo, Góis, C.P.D.J., XVII: 81.

aos assaltos descritos por Gomes Eanes de Zurara na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Pelo contrário. Tratou-se de uma operação que, apesar de não ter merecido grande atenção por parte da cronística<sup>20</sup>, revela ter sido meticulosamente preparada, tal como atesta a missão de espionagem descrita pelos cronistas portugueses. Refira-se que as missões de espionagem só faziam sentido contra alvos que o justificassem, uma vez que a recolha dissimulada de informações implicava um planeamento cuidado cujo cumprimento podia implicar perigos, gastos e meios logísticos. É nesse sentido que a acção de espionagem que antecedeu o ataque a Anafé remete-nos para o zelo régio manifestado na célebre missão que precedeu a conquista de Ceuta, levada a cabo pelo prior do Hospital, D. Álvaro Gonçalves Camelo, e pelo capitão Afonso Furtado<sup>21</sup>, ou para missões de espionagem que antecederam outros empreendimentos militares que tiveram lugar ao longo da restante centúria quatrocentista, como os vários escalamentos a Tãnger, em 1463-1464 (Pina, C.D.A.V, CXLVII: 21), a conquista de Arzila, em 1471 (id. CLXII: 56), ou o ataque e destruição de Targa, em 1490 (Pina, C.D.J.II, XLI: 80-81).

De facto, ao seguirmos as crónicas de Damião de Góis e Duarte Nunes de Leão, apercebemo-nos de que o infante D. Fernando mandou Estêvão da Gama a Anafé, com o objectivo de recolher informações sobre a cidade. Fazendo-se passar por mercador, este fidalgo da casa do infante D. Fernando rumou à cidade norte-africana num navio carregado de figos passados do Algarve. E foi assim que Estêvão da Gama, disfarçado de marinheiro e com as “pessas de figos, e passas às costas”, percorreu a cidade enquanto vendia a mercadoria, de modo a “notar o que nella havia, e a Fortaleza que tinha, e a gente que era necessária para a tomarem”. (Góis, P.D.J., XVII: 82; Leão, CV.R.P., XXXVIII: 280-281). Deste modo, o espião enviado a Anafé pôde verificar *in loco* qual o local apropriado para o desembarque das tropas, assim como avaliar as fortificações e o tecido urbano da cidade, identificando potenciais fragilidades nas estruturas defensivas e estimando os quantitativos humanos necessários à sua conquista.

A alusão a Estêvão da Gama levou-nos a procurar determinar a identidade do indivíduo incumbido de tal missão. Foi então que, ao confrontarmos as informações facultadas pela bibliografia especializada<sup>22</sup> com vários estudos

<sup>20</sup> Manuel de Faria e Sousa, por exemplo, nem sequer refere o ataque a Anafé em *Africa Portuguesa*. D. Fernando de Meneses, por seu lado, faz uma brevíssima referência. Ver Meneses, H. T.D.D.P., I: 45.

<sup>21</sup> Gomes Eanes de Zurara descreve esta missão em pormenor. Ver Zurara, C.T.C., XV: 50. Vejam-se também Duarte 2003: 397-398; Monteiro 2017: 64-65; Pinto 2015: 45-67.

<sup>22</sup> Fonseca 1998: 16-20; Subrahmanyam 1998: 37, 46, 81-83, 90, 202; Santos & Silva 1999: 197-198. Segundo alguns, teria sido Estêvão da Gama o primeiro escolhido para capitanear a viagem do descobrimento da Índia, cargo que não veio a desempenhar por ter falecido cerca de 1495. Ver Serrão (coord.) s/d III: 100.

genealógicos<sup>23</sup> concluímos tratar-se do pai de Vasco da Gama, criado do infante D. Fernando, alcaide-mor de Sines, cavaleiro da Ordem de Santiago e comendador do Cercal. Por outras palavras, um homem da confiança do infante D. Fernando e que já o tinha acompanhado noutras operações no Norte de África, nomeadamente, na conquista de Alcácer Ceguer<sup>24</sup> e no escalamento de Tânger de 1464 (Pina, C.C.D.M., CXLVI: 354). De resto, é interessante notar que o disfarce de Estêvão da Gama em Anafé não parece ter levantado suspeitas, o que pode indicar que a cidade estaria acostumada a receber comerciantes portugueses e mercadorias do Algarve (cf. Godinho, 1947: 81).

#### 4. Recursos em combate

Bem sabemos que a cronística dos séculos XV e XVI é pautada por uma preocupação em apresentar números alegadamente aproximados para cada combate com os mouros, sejam estes relativos a mortos, feridos, cativos ou a quantitativos relativos às forças em confronto, ou seja, número de tropas, embarcações, armamento, etc. Esta condição iniciada com Zurara nas suas crónicas relativas à Expansão para o Norte de África e que teve repercussões em cronistas como Rui de Pina ou Garcia de Resende (Serrão 1989; Cruz 2001: 51-59) permite-nos, no entanto, problematizar a importância estratégica atribuída às operações militares, ainda que os esforços quantitativos dos cronistas tenham sido, naturalmente, condicionados pela natureza política de que se revestem e pela tendência estilizada em exaltar os feitos de armas da nobreza. Em última instância, a afirmação da acção deste grupo social enquanto braço cumpridor da vontade régia (cf. Vicente 2009: 347; Vicente 2011: 347-352).

Torna-se difícil determinarmos as forças utilizadas na operação anfíbia contra Anafé, em 1468. Ainda assim, o confronto entre as várias fontes permite-nos fazer uma reconstituição aproximada. Rui de Pina, por exemplo, não faz qualquer alusão aos recursos utilizados nesta operação, assim como Duarte Pacheco Pereira, que apenas refere a utilização de uma grande frota e de muita gente. Porém, Damião de Góis, baseando-se nos “Escritores Arabios”, menciona o emprego de dez mil homens (Góis, C.P.D.J., XVII: 81), enquanto Leão-o-Africano refere uma armada de quase cinquenta navios, munida de gente de guerra e artilharia (Africano, D.G.Á, III: 212). Seriam,

<sup>23</sup> Veja-se, a título de exemplo, Gayo, N.F.P., XV: 75.

<sup>24</sup> D. Fernando de Meneses inclui Estêvão da Gama entre os portugueses célebres que estiveram na conquista de Alcácer Ceguer. Ver Meneses, H.T.D.D.P., I: 23, nota do tradutor.

porém, estes recursos apropriados para tomar uma cidade como Anafé?

Antes de respondermos a esta questão importa determinarmos quais os objectivos que se terão prendido com uma acção bélica contra a cidade, ou seja: passaria a estratégia por uma conquista seguida de ocupação militar? Ou limitar-se-ia a uma acção meramente punitiva? Como anteriormente referimos, as fontes atestam que, tal como Anafé, também Alcácer Ceguer funcionava como uma base de corso de onde partiam ataques dirigidos às costas portuguesas, provocando danos seguramente significativos. Foi nesse sentido que, face à impossibilidade que constituía a conquista de Tânger, a operação contra Alcácer Ceguer teve por objectivo a erradicação de um ninho de piratas e corsários através da sua conquista e ocupação. Seria este o objectivo da acção contra Anafé? Vejamos o que nos dizem os recursos utilizados. Segundo Rui de Pina, o empreendimento que resultou na conquista e ocupação de Alcácer contou com vinte e cinco mil homens de armas embarcados em duzentas e vinte velas (Pina, C.D.A.V, CXXXVIII: 146), não obstante tratar-se de uma vila de pequenas dimensões<sup>25</sup>. Damião de Góis, por seu lado, contabilizou vinte e seis mil homens distribuídos por duzentas e oitenta e nove naus, galés e outros navios de carga (Góis, C.P.D.J., X: 41). É certo que a acção contra Alcácer contou com os recursos disponibilizados por D. Afonso V, de modo a responder ao apelo de cruzada invocado pelo papa Calisto III, após a queda de Constantinopla. Ainda assim, apresenta-se simplesmente abismal a desproporção verificada entre os recursos disponibilizados para campanhas como a de Alcácer Ceguer ou a de Arzila<sup>26</sup> e os recursos disponibilizados para Anafé. De facto, os quantitativos colocados à disposição do infante D. Fernando aproximam-se mais dos números utilizados para acções de retaliação ou para a destruição de bases corsárias. É o que se verifica, por exemplo, para a acção punitiva lançada nas proximidades de Anafé, em 1487<sup>27</sup>, e que contou com “trinta navios onde foram cento e cinquenta de cavalo (...) e com eles mil homens de pé, entre espingardeiros, besteiros e lanceiros de elite, e mil de infantaria, besteiros e espingardeiros” (Pina, C.D.J.II, XXVII: 59; Resende, C.D.J.II e M., LXVII: 58).

Também em 1490, as “cinquenta velas (...) bem armadas no Algarve” que rumaram a Ceuta, foram depois usadas no ataque comandado por D. Fernando

<sup>25</sup> Sobre a Alcácer Ceguer anterior à conquista portuguesa, veja-se Correia 2008: 142-149.

<sup>26</sup> Rui de Pina contabilizou quatrocentos e setenta e sete navios e trinta mil homens. Ver Pina, C.D.A.V, CLXIII: 59. Damião de Góis, por seu lado, contabilizou trezentas e trinta e oito velas e vinte e quatro mil homens. Ver Góis, P.D.J., XXI: 97. Sobre os recursos usados contra Arzila veja-se Dias 2015: 60-79.

<sup>27</sup> Rui de Pina justifica esta acção alegando que os habitantes de Anafé estavam em desobediência para com “Muley Befágeja, seu rei, com quem el rei tinha então paz”. Ver Pina, C.D.J.II, XXVII: 59.

de Meneses a Targa - na altura uma base de corsários (Africano, D.G.Á., III: 308) - sendo utilizados dois mil homens, dos quais cento e cinquenta a cavalo<sup>28</sup>. Vemos, portanto, que os recursos usados no empreendimento militar contra Anafé aproximam-se mais dos quantitativos normalmente usados para iniciativas militares cujos objectivos se prendiam com acções punitivas ou com a destruição de bases corsárias. Ainda assim, como adiante veremos, é possível que D. Fernando tenha deixado as possibilidades em aberto quanto a uma eventual ocupação militar de Anafé.

Refira-se, por fim, que pouco se sabe sobre a identidade dos indivíduos que integraram este empreendimento militar. À excepção do infante D. Fernando e de Estêvão da Gama, que protagonizou a acção de espionagem que antecedeu o ataque a Anafé, apenas encontramos referência à participação de João de Sousa nesta campanha, tal como podemos ler na gravação da sua pedra tumular (Freire, 1921, I: 229). Uma referência, porém, muito interessante, se tivermos em consideração o elo de ligação entre estes indivíduos. Ora, como vimos, o infante D. Fernando foi o governador da Ordem de Santiago<sup>29</sup> e Estêvão da Gama, criado da sua Casa, cavaleiro e comendador da mesma Ordem<sup>30</sup>. Foi, portanto, sem grande surpresa que constatámos que também João de Sousa era criado da Casa do infante D. Fernando, no posto de capitão dos seus ginetes, para além de também professar na Ordem de Santiago, onde deteve as comendas de Ferreira, Represa e Alvalade, com as rendas da aldeia de Coles (Freire 1921: 228). Encontramo-lo, aliás, entre os homens que acompanharam D. Fernando no malogrado escalamento de Tânger de 1464<sup>31</sup>, o que quer dizer que era um homem próximo do infante e bastante experimentado nas guerras do Norte de África, como provam os seus muitos serviços em Ceuta, Alcácer Ceguer, Tânger (Freire, 1921, I: 229). Vemos, como seria expectável, que o infante D. Fernando envolveu a Ordem de Santiago (e muito provavelmente a Ordem de Cristo) no ataque a Anafé, rodeando-se da rede clientelar que compunha a sua Casa. Porém, e ainda que identificados três professos da Ordem de Santiago no ataque a Anafé, não pudemos deixar de reparar no silêncio dos cronistas

---

<sup>28</sup> Baseámo-nos em Garcia de Resende. Rui de Pina, por outro lado, refere serem cento e trinta de cavalo. D. Fernando comandou de tal forma o desembarque das tropas que estas, devidamente organizadas, tomaram a vila rapidamente e sem resistência. Muitos mouros, apercebendo-se das intenções da armada, abandonaram a vila, procurando refúgio na serra. Porém, alguns foram mortos e cativos. A vila, por seu lado, foi totalmente saqueada, incendiada e destruída. Sobre os motivos que estiveram na origem do ataque a Targa veja-se Pessanha 2018.

<sup>29</sup> Sousa, H.G.C.R.P., Livro III, VIII: 501; Costa 2011: 44-46.

<sup>30</sup> Gayo, N.F.P., XV: 75; Fonseca 1998: 16.

<sup>31</sup> João de Sousa foi o homem que combateu contra o sentinelado mouro que caiu do muro, denunciando a presença dos portugueses que se encontravam a escalar as muralhas da cidade. Pina, C.D.A.V., CLIII: 38-39.

quanto ao envolvimento da Ordem neste e noutros empreendimentos militares que marcaram o século XV português. Esta evidência pode parecer ainda mais estranha se atendermos ao forte envolvimento das Ordens Militares na expansão quatrocentista. Ordens Militares, sublinhe-se, que tiveram como governadores figuras destacadíssimas da família real, como o infante D. Henrique ou o infante D. Fernando. Todavia, há que ter em consideração que documentos como a *Crónica d'El-Rei D. Affonso V* ou a *Chronica do Principe Dom Joam* não são fontes sobre qualquer uma das Ordens, razão pela qual se torna compreensível a ausência de referências mais completas relativamente aos intervenientes no processo de expansão. Aliás, a intenção subjacente à produção de obras como a *Crónica d'El-Rei D. Affonso V* não passa por apresentar informação detalhada sobre as individualidades que participaram no processo expansionista, mas antes colocar em evidência o protagonismo da monarquia portuguesa no processo expansionista<sup>32</sup>.

## 5. A operação anfíbia em Anafé (1468)

Como anteriormente vimos, as operações anfíbias têm como finalidade o desembarque de tropas, equipamentos bélicos e mercadorias, tendo como objectivo final a ocupação de uma zona costeira à qual se segue uma acção ofensiva contra um alvo específico. No que se refere ao ataque a Anafé, as fontes pouco nos dizem sobre a operação anfíbia. Ainda assim, o confronto entre a cartografia náutica quatrocentista e a descrição que Duarte Pacheco Pereira faz da baía da cidade poderá facultar-nos algumas pistas:

“ha baya da Cidade daniffee nordest & sudeste & tem na Roota sinco léguas; & todo este caminho som barrocas de pedra ao longuo da Costa & pouca praya & ho fundo sujo; & a conhecensa desta Cidade daniffee a qual aquy posemos pintada do natural he huma grande baya que tem hum arrecife de pedra perto da terra o qual tem uma boca pequena da banda do nordest & da parte do sudeste tudo he cerrado & aleem da conhecensa sobredita pella mesma Cidade & por huma grande torre que tem se pode bem conhecer” (Pereira, E.S.O., XVI: 27).

O navegador e cosmógrafo português prossegue a sua narrativa

<sup>32</sup> O mesmo modelo haveria de ser herdado nas décadas seguintes, durante o processo que veio a originar a fundação do Estado da Índia. Ver Silva & Pimenta, 2004: 349-361.

destacando como o infante D. Fernando “com grande frota & muita gente em pessoa foy sobre esta cidade & por forsa de armas há entrou & destroyo” sem, no entanto, referir que os habitantes da cidade, assim que avistaram a aproximação da frota portuguesa, fugiram para Rabat e Salé levando consigo os seus bens mais preciosos. Diz-nos Leão-o-Africano que o capitão da armada, desconhecendo a fuga da população “se apressou a entrar em batalha” (Africano, D.G.Á., III: 212). Porém, à sua chegada, já a população se tinha evadido, tal como é atestado pelos cronistas portugueses. De resto, é possível que tenha sido a grande torre referida por Duarte Pacheco Pereira a dar o alerta da aproximação da frota portuguesa.

Não sabemos exactamente onde se terá dado o desembarque das tropas. Ainda assim, as fontes poderão facultar-nos algumas pistas. Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão fazem uma brevíssima referência às “praias” onde a frota aportou (Pina, C.D.A.V, CLX: 53; Leão, C.V.R.P.D, XXXVIII: 280). Ora, sabendo nós que a grande baía de Anafé apresentava condições de ancoradouro não muito favoráveis, uma vez que era pedregosa e tinha pouca praia e fundo sujo, considerámos, numa primeira fase, que a frota teria fundeado nas proximidades do “arrecife” situado a alguma distância de terra, a nordeste da baía, uma vez que, tal como nos diz o *Esmeraldo de Situ Orbis*, “da parte do sudeste tudo he cerrado” (Pereira, E.S.O., XVI: 27). Deste modo, o desembarque em batéis poderia ter sido feito através da referida boca pequena, contigua ao arrecife, que dava acesso à costa. Porém, a referência de Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão às “praias” levou-nos a analisar a cartografia náutica quatrocentista, onde nos deparámos com este topónimo localizado a sudoeste de Anafé<sup>33</sup>. Quer isto dizer que a frota, oriunda de Portugal, teve forçosamente de passar ao largo da cidade antes de proceder ao desembarque nas “praias”. De resto, é esta manobra que nos permite compreender o relato de Leão-o-Africano, nomeadamente, sobre como pôde a população tomar conhecimento da aproximação da armada e ter tido tempo para recolher os seus pertences e pôr-se em fuga, tomando a direcção contrária, rumo a Salé: “ao vê-la os da cidade, recolheram os seus bens mais preciosos, fugiram para Rabat e Salé e assim abandonaram a sua terra” (Africano, D.G.Á., III: 212).

Uma vez que a população se evadiu da cidade, a operação anfíbia ter-se-á dado em condições de segurança, uma vez que não há registo de o desembarque se ter efectuado debaixo de fogo de artilharia nem dificultado por forças estacionadas da praia, tal como aconteceu na conquista de Arzila,

---

<sup>33</sup> Vejam-se, a título de exemplo, a carta náutica de Zuane Pizzigano, de 1424; a carta náutica anónima de “Circa”, de 1471; o portulano Albino Canepa, de 1489; ou a carta náutica de Jorge Aguiar, de 1492.

onde muita gente de cavalo defendia a praia<sup>34</sup> ou na conquista de Alcácer Ceguer, onde quinhentos cavaleiros e muitos soldados de pé defendiam o areal, resistindo tenazmente ao desembarque dos portugueses (Pina, C.D.A.V, CXXXVIII: 147; Góis, C.P.D.J., XII: 48). Do mesmo modo, também não há registo de o desembarque em Anafé ter sido condicionado por condições meteorológicas adversas, tal como aconteceu em Arzila, onde a agitação marítima arremessou várias embarcações contra um “arrecife de pedra”, provocando a morte a aproximadamente duzentos homens (Pina, C.D.A.V, CLXIV: 59-60). Com efeito, os cronistas portugueses são praticamente unânimes quanto à oposição encontrada pelos portugueses. Enquanto Rui de Pina diz que a cidade foi tomada “sem muita resistência” (id. CLX: 53), Damião de Góis e Duarte Nunes de Leão (que praticamente transcreveu Góis *ipsis verbis*), referem que “sem nenhuma resistência” (Góis, C.P.D.J., XVII: 81; Leão, C.V.R.P. XXXVIII: 280).

Feito o desembarque, tomada e saqueada a cidade, D. Fernando parece ter considerado qual o destino a dar a Anafé. De acordo com Rui de Pina, o infante ainda pretendeu manter o “castello” com uma guarnição de fronteiros, uma vez que o perímetro amuralhado do tecido urbano era demasiado grande para ser defendido integralmente. Certamente que a ideia de conquistar uma praça norte-africana para a Coroa portuguesa apresentar-se-ia altamente tentadora para o infante, principalmente depois dos desaires resultantes dos escalamentos a Tãnger, poucos anos antes. Caso o plano passasse pela ocupação de Anafé, parece claro que a estratégia assentaria na construção de um atalho selectivo, excluindo toda a restante área urbana<sup>35</sup>. Porém, a armada não ia preparada para a deixar em estado de defesa, já que “não ia gente e mantimentos que podessem leixar e soprir á deffensão da cidade” (Pina, C.D.A.V, CLX: 54) e, por outro lado, o seu isolamento face às suas congéneres setentrionais (Ceuta e Alcácer Ceguer) dificilmente permitiria assegurar o seu socorro e abastecimento em tempo útil. Dadas as circunstâncias, os portugueses optaram por destruir a cidade, seguindo o que certamente seria o plano original. As palavras de Leão-o-Africano e a representação desta cidade publicada no *Civitates Orbis Terrarum*,

<sup>34</sup> Rodrigues, A.A., I, Apêndice I: 98. Ainda que Bernardo Rodrigues tenha escrito esta obra em meados do século XVI, após o abandono de Arzila, em 1549-1550, o seu relato sobre a conquista da cidade merece crédito, uma vez que o autor demonstra não só conhecer a crónica de Rui de Pina, mas também ter recolhido testemunhos junto de pessoas mais velhas e que terão participado na conquista de 1471. Ver Rodrigues, A.A., I, Apêndice I: 95.

<sup>35</sup> Segundo Jorge Correia, o processo teria, provavelmente, conduzido a uma apropriação semelhante a cidades como Ceuta, Tãnger ou Arzila – uma redução do perímetro e superfície urbanos de modo a rentabilizar os meios humanos e militares disponíveis, materializada na estrutura de um castelo/vila, como a que a vizinha Azamor acabaria por desenvolver já no início do século XVI. Ver Correia, 2008: 318.

de Georg Braun, demonstram em que estado os portugueses deixaram a cidade: “assaltaram a cidade com tanto ímpeto que a saquearam e a explodiram inteira em apenas um dia, queimando casas, derrubando muralhas por uma infinidade de sítios; ainda hoje continua espovoadada, e quando a visitei não pude conter as lágrimas. A maior parte das casas, as lojas e as mesquitas continuam em pé e ferem os olhos com a sua ruína, oferecendo um espectáculo do mais triste”<sup>36</sup>.



© The Hebrew University of Jerusalem & The Jewish National & University Library

Fig.5. Representação de Anafé no *Civitates Orbis Terrarum*, de Georg Braun (1572). Disponível em: [http://historiccities.huji.ac.il/morocco/casablanca/maps/braun\\_hogenberg\\_I\\_57\\_1\\_b.jpg](http://historiccities.huji.ac.il/morocco/casablanca/maps/braun_hogenberg_I_57_1_b.jpg) (consultado em 20 de Maio de 2017).

Como vimos, a estratégia passou por arruinar Anafé, de modo a torná-la inabitável. Para tal, optou-se por incendiar as casas e destruir as muralhas em pontos cirúrgicos. Naturalmente que a destruição da “grande cerca e tamanhas paredes”, referidas por Rui de Pina (Pina, C.D.A.V, CLX: 54), só seria possível mediante o uso da “nutrida artilheria” a que Leão-o-Africano fez alusão. Recorde-se que a rendição de Alcácer Ceguer se deu em virtude dos estragos causados pela bombarda grossa que o infante D. Henrique mandou apontar contra um muro da fortaleza<sup>37</sup>, tal como sucedeu na conquista de Arzila, onde as “bombardas desfizeram dois lanços dos muros até o meio” (Pina, C.D.A.V, CLXIV: 60). Vemos, deste modo, que a destruição da grande

<sup>36</sup> Tradução do castelhano para português por Fernando Pessanha. Ver Africano, D.G.Á., III: 212.

<sup>37</sup> Pina, CXXXVIII: 148. Como Vítor Gaspar Rodrigues bem observou, a conquista de Alcácer Ceguer, dez anos antes, marcou o momento em que a artilharia pirobalística portuguesa se sobrepôs aos sistemas defensivos marroquinos, iniciando-se assim uma nova era, marcada pela crescente utilização das armas de fogo no Norte de África. Ver Rodrigues 2017: 41.

muralha de Anafé implicou, desde logo, a utilização de bocas-de-fogo de grande calibre, o que vem demonstrar que, para além dos berços e falcões que costumavam artilhar as caravelas latinas<sup>38</sup>, a frota comandada por D. Fernando tinha sido fortemente armada, nomeadamente, com bombardas grossas capazes de derrubar panos de muralha.

## 6. Depois da destruição de Anafé

Terminado o feito “com muita vitoria e honra” (Pereira, E.S.O., XVI: 27), o infante regressou ao reino, onde veio a falecer em Setembro de 1470. O seu filho primogénito, D. João, herdou o ducado de Viseu e de Beja, os senhorios da Covilhã e de Moura, e o cargo de condestável de Portugal, sendo que, em Julho de 1472, o monarca recompensou o sobrinho pelos serviços do infante D. Fernando em Anafé, doando-lhe a cidade e o seu termo com toda a jurisdição e senhorio (Sousa, H.G.C.R.P., III, VIII: 509). Em Dezembro de 1473, D. Afonso V concedeu à cidade os mesmos privilégios de que gozavam os outros lugares de África nestes termos:

“a nós praz e temos por bem que os que estiverem ou morarem na dita cidade hajam todas as liberdades, graças e privilégios que hão os que estão e moram nos logares dalém-mar e por conseguinte o alcaide e capitão que em ela estiver haja aquela mesma liberdade e poder que temos dado aos outros nossos capitães dos ditos logares”<sup>39</sup>.

Porém, parece não ter havido capitão português em Anafé, até porque pouco depois faleceu D. João, o herdeiro do infante D. Fernando. Vemos, portanto, que apesar da doação régia se ter dado no rescaldo das conquistas de Arzila e Tãnger, Anafé nunca foi efectivamente ocupada pelos portugueses que, aliás, voltaram a castigar os habitantes da respectiva comarca em 1487<sup>40</sup>. A cidade manteve-se despovoada durante muitos anos. Valentim Fernandes, que escreveu sobre ela entre 1506 e 1507, disse que “Anaffee cidade despouorada, de fremosos edificios e muy fremosa e de boom parecer. E foy em outro tempo mut poderosa e agora he feita habitaçam de bestas feras e

<sup>38</sup> Sobre o uso de artilharia nas embarcações veja-se Domingues 2004: 161-164; Domingues 1999: 221.

<sup>39</sup> Transcrito de Lopes 1931 III: 537.

<sup>40</sup> Rui de Pina justifica esta acção alegando que os habitantes de Anafé estavam em desobediência para com “Muley Befágeja, seu rei, com quem el rei tinha então paz”. Ver Pina, C.D.J.II, XXVII: 59.

lyões”<sup>41</sup>. Ainda assim, a cidade nunca esteve completamente abandonada, já que a documentação indica breves e pontuais ocupações por parte de tribos nómadas, de corsários, ou de contingentes mouros que nela encontravam refúgio durante as suas deslocações<sup>42</sup>.

A terceira e última vez que se pensou em ocupar Anafé foi em 1515<sup>43</sup>. Nesse verão, D. Manuel I enviou uma armada com muita gente, de modo a edificar a fortaleza de Mamora. O projecto previa que, terminada esta empreitada, D. Nuno Mascarenhas partisse com três mil homens para Anafé, de modo a ali construir uma fortaleza, nela ficando como capitão: “acabada a fortaleza da Mamora, dom Antonio lhe desse nauios, & tres mil homens pera ir fazer outra fortaleza em Anafe a qual desejava el Rei tanto tella naquellas partes” (Góis, C.S.R.D.M., LXXVI: 427). No entanto, o desastre de Mamora não permitiu que se construísse a fortaleza de Anafé. Segundo Damião de Góis, D. Manuel I ainda pretendeu manter o seu projecto para esta cidade, de modo a mostrar aos mouros que não tinha ficado abatido com o desastre de Mamora. Para tal, decidiu enviar D. Vasco Coutinho, conde de Borba, que tinha sido capitão de Arzila durante muitos anos. Porém, após alguns preparativos, o monarca terá acabado por abandonar definitivamente o projecto.

## 7. Considerações finais

Antes de concluirmos o presente trabalho, importa reforçar algumas das ideias anteriormente defendidas. Antes de mais, devemos ter em consideração que seria cientificamente incoerente tecer qualquer análise ou consideração estratégica quanto à conquista e destruição de Anafé circunscrevendo-a no tempo e no espaço, ou seja, sem a problematização deste empreendimento militar no quadro das operações anfíbias quatrocentistas. Com efeito, a identificação de Anafé nas fontes e a sua posterior contextualização no quadro da política expansionista portuguesa face ao Norte de África permite-nos concluir que, tal como verificado no empreendimento militar dirigido contra Alcácer Ceguer, também a acção militar dirigida contra Anafé teve por origem

---

<sup>41</sup> Valentim Fernandes, *Description de la côte d'Afrique de Ceuta au Sénégal* par Valentim Fernandes (1506/1507), transcrito de Correia 2008: 318, nota 492.

<sup>42</sup> Em 1513, por exemplo, D. João de Meneses refere a presença de dois alcaides mouros em Anafé. Ver carta de D. João de Meneses a D. Manuel I, em Dezembro de 1513. Cenival, *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LXXXIV, 466.

<sup>43</sup> Veja-se, a título de exemplo, a carta de D. António de Noronha, conde de Linhares, a D. Manuel I sobre a conversa que tivera com Afonso Lopes da Costa acerca da oportunidade de se edificar a fortaleza de Anafé. Cenival 1934: 717.

a erradicação de um ninho de piratas que atacava as costas portuguesas, nomeadamente as costas do Algarve. O caso de Anafé, porém, reveste-se de outras características quando comparado com o de Alcácer Ceguer, em que a estratégia passou pela conquista e ocupação da vila. De facto, a contabilização dos recursos utilizados em combate, quando cotejados com outras acções militares que tiveram lugar durante a centúria quatrocentista, permite-nos perceber que o objectivo deste empreendimento passou pela conquista e destruição deste ninho de piratas, ainda que o número de homens e de embarcações ultrapassasse os recursos normalmente disponibilizados para acções punitivas contra bases de corso, como as verificadas em Anafé, em 1487, ou em Targa, em 1490. De resto, a identificação dos protagonistas neste empreendimento militar, nomeadamente o comando do infante D. Fernando, que tanto ansiava por um feito de armas na guerra contra os mouros – principalmente depois dos fracassos verificados nos ataques a Tânger sob seu comando e o envolvimento de cavaleiros da Ordem de Santiago pertencentes à sua rede clientelar, permitem-nos perceber o reforço do número de homens, embarcações e armamento utilizados, quando comparados com empreendimentos como o de Targa, em que o comando esteve entregue a um membro da Casa de Vila Real, ou seja, de condição hierárquico-social manifestamente inferior à do infante.

Por fim, os preparativos que antecederam este empreendimento revelam tratar-se de uma operação meticulosamente preparada, tal como atesta a missão de espionagem descrita pelos cronistas portugueses e que nos remete para o zelo manifestado na célebre missão de espionagem que precedeu a conquista de Ceuta, ou para missões de espionagem que antecederam outras acções militares que tiveram lugar ao longo da restante centúria de Quatrocentos, como os vários escalamentos de Tânger ou a conquista de Arzila. Uma vez que a população da cidade se pôs em fuga ao se aperceber da aproximação da frota portuguesa, concluímos que a operação anfíbia decorreu sem resistência, ao contrário do verificado em Alcácer Ceguer ou em Arzila, onde a artilharia e as forças colocadas nas praias dificultaram as condições de desembarque. Constatando a insuficiência das suas forças para ali deixar uma guarnição militar, o infante optou por destruir a cidade, regressando depois ao reino. Deste modo, o infante D. Fernando eliminava uma base activa de corso e conseguia o tão almejado feito de armas nas guerras do Norte de África.

## Fontes e Bibliografia

### Fontes Impressas

- AFRICANO, Juan León (2004). *Descripción General del África*. Granada: Fundación El Legado Andalusi.
- CENIVAL, Pierre de (1934). *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*. Vol. I, Paris: Paul Geuthner.
- GAYO, Felgueiras (1938). *Nobiliário das famílias de Portugal*. Tomo XV, Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles e Domingos de Araújo Affonso (ed.).
- GÓIS, Damião de (1724). *Chronica do Principe Dom Joam*. Lisboa: Na Officina da Musica.
- GÓIS, Damião de (1749). *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*. Lisboa.
- LEÃO, Duarte Nunes de (1780). *Chronicas e vidas dos Reys de Portugal D. Duarte, undécimo, e D. Affonso o V, duodécimo*. Tomo II, Lisboa: Na offic. de Joze de Aquino Bulhoens.
- MASCARENHAS, Jerónimo de (1918). *Historia de la Ciudad de Ceuta*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- MENEZES, D. Fernando de (1732). *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*. Lisboa Occidental.
- PEREIRA, Duarte Pacheco (1892). *Esmeraldo de Situ Orbis*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- PINA, Rui de (1902). *Crónica d'El-Rei D. Affonso V*. 3 Vols, Lisboa: Escriptorio.
- PINA, Rui de (1989). *Crónica de D. João II*. Lisboa: Publicações Alfa.
- RESENDE, Garcia de (2004). *Crónica de D. João II e Miscelânia - Biografias da História de Portugal*. Volume XXIX, Matosinhos: QuidNovi.
- RODRIGUES, Bernardo (1915-1919). *Anais de Arzila*, 2 Vols., Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- SOUSA, António Caetano de (1736). *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*. Tomo II, Lisboa: Lisboa Occidental.
- SOUSA, Manuel de Faria e (1681). *Africa Portuguesa*. Lisboa: a costa d'Antonio Craesbeeck de Mello Impressor de Su Alteza.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1992). *Crónica da Tomada de Ceuta*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1978). *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Edição Diplomática, Universidade Nova de Lisboa/FCSH.
- ZURARA, Gomes Eanes de (1988). *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*. Ed. Facsimilada da ed. do Abade Correia da Serra, de 1792, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa/Porto: PNECDP.

## Estudos

- AAVV (1964). *Verbo – Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. 2, Lisboa: Editorial Verbo.
- ALEGRIA, Maria Fernanda; GARCIA, João Carlos; RELAÑO, Francesc, (1998). “Cartografia e Viagens”, in *História da Expansão Portuguesa*, Francisco Bethencout & Kirti Chaudhuri (dirs.), Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 26-59.
- AMARAL, Augusto Ferreira do (2007). *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, Lisboa: Tribuna da História.
- BEBIANO, Rui (2004). “A legitimidade da guerra”, in *Nova História Militar de Portugal*, Manuel Themudo Barata & Nuno Severiano Teixeira (dirs.), Vol. II, Lisboa: Círculo de Leitores, 52-62.
- BENLABBAH, Fatima & EL BOUDJAY, Abdelatif (coord.) (2012). *Ksar Seghir. 2500 ans d’échanges intercivilisationels en Méditerranée*, – Agdal / Rabat: Institut des Etudes Hispanos-Lusophones / Université Mohammed V.
- CAMPOS, Nuno Silva Campos (2008). *D. Pedro de Meneses. O primeiro capitão de Ceuta*. Lisboa: Sete Caminhos.
- CAMPOS, Nuno Silva (2011). *Don Pedro de Meneses y la fundación de la Casa de Vila Real*. Ceuta: Instituto de Estudios Ceutíes.
- CHAVES, Rute Correia (2015). *Cerâmicas Medievais e Modernas de Azamor (Marrocos) – Análise textural, mineralógica e química*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Conservação apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- CHEMSI, Said (2011). “Castello Novo, approche historique & architecturale”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCEM, 165-176.
- CORREIA, Jorge (2008). *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África - Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*. Porto: FAUP.
- COSTA, João Paulo Oliveira e & RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2007). *A Batalha dos Alcaides - 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*. Lisboa: Tribuna da História.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (2011). *D. Manuel I. 1469 – 1521. Um príncipe do Renascimento*. Lisboa: Temas e Debates.
- CRUZ, Abel dos Santos (2003). “A guerra de corso e pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437)”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 57-99.
- CRUZ, João Braga da (2015). *O castelo português de Alcácer Ceguer: transformações morfológicas nos sécs. XV e XVI*. Dissertação de Mestrado em História da Arquitectura apresentada à Universidade do Minho.
- CRUZ, Maria Augusta Lima (2001). “Os cronistas do império: da gesta das armas aos heróis do mar”, in RODRIGUES, Ana Maria; BRITTO, Joaquim Soeiro de (coords.), *Outro mundo novo vimos*. Lisboa: CNCDP.

- DÁVILA, Maria (2011). “O Conde de Arraiolos e a política expansionista em Marrocos”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCM, 69-74.
- DIAS, Paulo Alexandre Mesquita (2015). *A conquista de Arzila pelos Portugueses – 1471*. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, Pedro (1996). “As fortificações portuguesas na cidade magrebina de Safi”, in *Oceanos*, 28, Lisboa: CNCDP, 10-22.
- DIAS, Pedro (2000). *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*. Coimbra: Minerva.
- DIAS, Pedro (2004). “As Construções Portuguesas na Cidade Magrebina de Azamor”, in *Revista Camões*, 17-18, Coimbra: Universidade de Coimbra, 126-134.
- DIAS, Pedro (2008). *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*. Lisboa: Círculo dos Leitores.
- DUARTE, Luís Miguel (2003). “África”, in BARATA, Manuel Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. I, Lisboa: Círculo de Leitores, 392-441.
- DOMINGUES, Francisco Contente (1999). “A construção naval portuguesa (séculos XV-XVI)”, in *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 211-233.
- DOMINGUES, Francisco Contente (2004). “Armamento naval”, in BARATA, Manuel Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 161-164.
- FREIRE, Anselmo Braamcamp (1921). *Brasões da Sala de Sintra*. Livro Primeiro. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- FONSECA, Luís Adão da (1998). *Vasco da Gama. O Homem, a Viagem, a Época*. Lisboa: Comissariado da Exposição Mundial de Lisboa de 1998.
- GODINHO, Vitorino Magalhães (1947). *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Terra Editora.
- FONTOURA, Otilia Rodrigues (1998). *Portugal em Marrocos na Época de D. João III – Abandono ou Permanência?* Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico.
- GUERREIRO, Inácio (1999). “A Cartografia Portuguesa dos séculos XV e XVI”, in *História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta.
- GOMES, Saul António (2009). *D. Afonso V*. Lisboa: Temas & Debates.
- KARRA, Azzeddine, (2010). “Note sur les ruines de la cathédrale Portugaise de Safi”, in CRUZ, Maria Augusta Lima; LOUREIRO, Rui (coords.), *Estudos de História Luso-Marroquina*. Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 85-96.
- KARRA, Azzeddine; TEIXEIRA, André (2011). “Fouilles archéologiques à Azemmour (2008): Questions historiques et premières constatations”, in *Portugal e o Magrebe*.

- Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCEM, 177-198.
- LACERDA, Teresa (2010). “D. João de Meneses, um retrato da nobreza portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 117-140.
- LOPES, Ana (2009). *(A)cerca de Azamor. Estruturas militares ao manuelino*. BRAGA: Dissertação de Mestrado em História da Arquitectura apresentada à Escola de Arquitectura da Universidade do Minho.
- LOPES, David (1931). “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Afonso V e de D. João II”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*. Vol. III. Porto: Portucalense Editora, 433-452.
- LOPES, David (1931). “Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Manuel”, in PERES, Damião (dir.), *História de Portugal*. Vol. III. Porto: Portucalense Editora, 453-544.
- MAIA, José dos Santos; SOARES, Luís Couto (coords.) (2017). *700 anos Almirante Pessanha*. Lisboa: Academia de Marinha.
- MONTEIRO, João Gouveia (2017). “A Campanha Militar de Ceuta (1415) Revisitada”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 17. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 63-78.
- MOREIRA, Hugo (2009). *A Campanha Militar de Tânger (1433-1437)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval e do renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- MOREIRA, Rafael (dir.) (1989). *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*. Lisboa: Publicações Alfa.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; RODRIGUES, Miguel Jasmim (1989). “Um processo de reestruturação do domínio social da nobreza. A titulação da 2.ª dinastia” in *Revista de História Económica e Social*, 22. Lisboa: Sá da Costa, 77-114.
- OLIVEIRA, Luís Filipe (1999). *A Casa dos Coutinhos: Linhagem, Espaço e Poder (1360-1452)*. Cascais: Patrimonia.
- PAREDES, Fernando Villada; RUIZ, Jose M. Hita; PADILLA, José Suárez (2011). “Vestígios arqueológicos del periodo português (1415-1668) en Ceuta”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga, CHAM / CITCEM, 131-151.
- PESSANHA, Fernando (2012). *As guarnições militares nas praças portuguesas da região da Duquela, no Algarve dalém mar*. Dissertação de Mestrado em História do Algarve apresentado à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- PESSANHA, Fernando (2014). *Os 500 anos da fundação de Arenilha – Memórias de uma «vileta» nascida no decurso da Expansão Portuguesa*, Vila Real de Santo António: Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

- PESSANHA, Fernando (2017). “Ayamonte na Expansão Portuguesa para o Norte de África”, separata das *XXI Jornadas de História de la muy noble y leal Ciudad de Ayamonte*. Vila Real de Santo António: Editora Guadiana, 113-179.
- PESSANHA, Fernando, (2018). “Ataques da pirataria à foz do Guadiana e a acção de António Leite, alcaide-mor de Arenilha”, in *Anais do Município de Faro*, XL. Faro: Câmara Municipal de Faro, 63-94.
- PESSANHA, Fernando, (2018). *D. Fernando de Meneses – Capitão de Ceuta, 1º Conde de Alcoutim e 2º Marquês de Vila Real*. Olhão: Gente Singular, no prelo.
- PINTO, Vítor Manuel da Silva Viana (2015). *De Olhar atento e Ouvidos à escuta... A espionagem militar na cronística portuguesa de Quatrocentos: Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara*. Dissertação de Mestrado em História Militar apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- RIBEIRO, Madalena (2000). “O Conde D. Henrique de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer e Arzila”, in *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*. Cascais: Patrimonia Historica, 143-159.
- RILEY, Carlos (1998). “O curso no Mar das Éguas”, in BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*. Vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 139-142.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2004). “As Linhagens Secundárias dos Coutinhos e a Construção do Império Manuelino”, in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia. Actas do Colóquio Internacional*. Lisboa: CHAM / IICT, 177-80.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2004). “O estabelecimento dos portugueses no Índico: o início de uma nova era na guerra naval”, in BARATA, Manuel Themudo Barata; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dirs.), *Nova História Militar de Portugal*. Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 198-200;
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2004). “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos Reinados de D. Manuel I e D. João III”, in *D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento (Lisboa e Tomar, 4 a 8 de Junho de 2002)*. Lisboa. CHAM-CEPCEP, 185-195.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2001). “Organização Militar e Práticas de Guerra dos Portugueses em Marrocos no Século XV, Princípios do Século XVI: sua Importância como Modelo Referencial para a Expansão Portuguesa”, in *Anais de História de Além-Mar*, 2. Lisboa: CHAM, 157-168.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2011). “Techniques et pratiques militaires portugaises au Maroc: adaptations et innovations”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCM, 75-82.
- RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (2017). “A coabitação das armas de propulsão neurobalística e das armas de fogo na primeira fase do processo expansionista

- português em Marrocos (1415-1458)”, in *e-Strategica – Revista da Associação Ibérica de História Militar (séculos IV-XVI)*, 1, Cernache, 39-61.
- SANTOS, João Marinho dos; SILVA, José Manuel Azevedo e (1999). *Vasco da Gama. A honra, o proveito, a fama e a glória*. Porto: Editora Ausência.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1989). *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*. Lisboa, Bertrand.
- SERRÃO, Joel (coord.) s/d. *Dicionário de História de Portugal*. vol. 3. Porto, Figueirinhas.
- SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa; PIMENTA, Maria Cristina (2004). “As ordens de Santiago e de Cristo e a fundação do Estado da Índia. Uma perspectiva de estudo”, in COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coords.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: UNL / CHAM, 349-361.
- SOUSA, Luís Costa e (2008). *A Arte na Guerra – A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*. Lisboa: Tribuna da História.
- SUBRAHMANYAM, Sanjay (1998). *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*. Lisboa: CNCDP.
- TEIXEIRA, André (2000). “Nuno Fernandes de Ataíde o nunca esta quedo capitão de Safim”, in *A Nobreza e a Expansão: Estudos Biográficos*. Cascais: Patrimonia Historica, 159-207.
- TEIXEIRA, André (2004). “Uma linhagem ao serviço da «Ideia Imperial Manuelina»: Noronhas e Meneses de Vila Real em Marrocos e na Índia”, in COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar (coords.), *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*. Lisboa: UNL / CHAM, 109-174.
- TEIXEIRA, André (2010). “Nuno Fernandes de Ataíde et l’intervention portugaise à l’intérieur des terres du Maroc”, in CRUZ, Maria Augusta Lima; LOUREIRO, Rui Manuel (coord.), *Estudos de História Luso-Marroquina*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 97-116.
- VICENTE, Paulo (2009). *A violência na cronística sobre Marrocos nos séculos XV e XVI*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos.
- VICENTE, Paulo (2011). “Falar de Violência em Marrocos nos Séculos XV-XVI. A Perspectiva dos Cronistas Portugueses”, in *Portugal e o Magrebe. Actas do 4º Colóquio de História Luso-Marroquina*. Lisboa / Braga: CHAM / CITCEM, 347-352.